

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

7

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof^a Dr^a Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922011	
CAPÍTULO 2	12
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922012	
CAPÍTULO 3	22
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922013	
CAPÍTULO 4	37
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922014	
CAPÍTULO 5	48
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922015	
CAPÍTULO 6	59
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922016	

CAPÍTULO 7	72
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i> <i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922017	
CAPÍTULO 8	83
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922018	
CAPÍTULO 9	91
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922019	
CAPÍTULO 10	103
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220110	
CAPÍTULO 11	111
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220111	
CAPÍTULO 12	125
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i> <i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220112	
CAPÍTULO 13	142
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i> <i>Maria do Socorro Vasconcelos</i> <i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220113	
CAPÍTULO 14	156
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i> <i>Emi Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220114	

CAPÍTULO 15	168
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
SOBRE A ORGANIZADORA	183

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Najila Thomaz de Souza

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Renata Soraia de Paula

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise crítica sobre a centralidade do trabalho na Seguridade Social brasileira, destacando os desafios postos aos trabalhadores e a perda de direitos da classe trabalhadora diante da atual conjuntura. Verifica-se que muitos são os desafios postos ao profissional dentro da sociabilidade do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Seguridade Social; Trabalho; Capitalismo.

ABSTRACT: This paper presents a critical analysis of the centrality of work in Brazilian Social Security, highlighting the challenges faced by workers and the loss of working class rights in the current situation. It turns out that many are the challenges facing the professional within the sociability of capital.

KEYWORDS: Social Security; Job; Capitalism.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo proposto tem a finalidade de contribuir para a reflexão da centralidade do trabalho e da precarização do mundo do trabalho, a partir dos desafios postos às Políticas de Seguridade Social brasileira (saúde, assistência social e previdência social), tendo na perspectiva social marxiana os elementos teóricos e ideopolíticos.

A seguridade social brasileira tem na Política de Saúde o dever da universalidade do atendimento, reconhece a Política de Assistência Social, enquanto política não contributiva para quem dela necessitar e a Previdência Social somente para os segurados que contribuirão.

[...] as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas sociais de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil (MOTA, 2010, p. 134).

A reestruturação produtiva do capital

promove mudanças no mundo do trabalho, culminando na desregulamentação das leis trabalhistas, flexibilização, privatizações e terceirizações, a partir da refuncionalização do Estado.

É neste contexto contraditório que os trabalhadores estão inserido, podendo os mesmos atender aos interesses do capital, como atender aos interesses da classe trabalhadora.

2 | CATEGORIA TRABALHO EM MARX

Com base na teoria social marxiana, entendemos o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, sendo esse o ponto de partida para compreensão de todas as relações sociais existentes na história da humanidade.

Para Marx; Engels (2009), a sociedade é fruto de relações sociais e a racionalidade é resultado da *práxis* humana a qual advém do trabalho, que é seu núcleo, algo que Mézáros (2011) denominou de “ação metabólica”. O homem é o realizador da *práxis*, a racionalidade está na capacidade física ou química do acaso de pensar.

Marx entende o trabalho como uma categoria ontológica, o espaço privilegiado de humanização. É através do trabalho que o homem transforma a natureza e a si próprio, tendo as mediações enquanto intermediária desse processo. Entende-se como trabalho aquilo que se difere de ações desenvolvidas por outras espécies animais. Todos os animais realizam suas atividades de maneira instintiva, visando o atendimento de suas necessidades imediatas, de forma inconsciente, sem pensar em que resultarão os esforços de suas ações (MARX, 2013).

O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Sabe-se que a ação humana se concretiza na relação do homem com a natureza, de maneira que mulheres e homens transformam matérias naturais em produtos que possam atender às suas necessidades. Essa transformação se realiza através de uma atividade que chamamos de trabalho.

A atividade humana se diferencia pelas mediações que estabelece, pois responde às carências de formas consciente, racional, projetiva, transformando os sentidos, de forma livre e criativa (BARROCO, 2010, p. 20).

O homem consegue projetar conscientemente o fruto de suas atividades, capacidade que Marx (2013) denominou de “teleologia”. De acordo com Vázquez

(1977), a atividade humana só acontece quando os atos são dirigidos a um objeto para transformá-lo e se iniciam com um resultado ideal ou finalidade e terminam com um resultado ou produto efetivo, real.

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio (MARX, 2013, p. 258).

Para o desenvolvimento da sociabilidade humana em sua totalidade, fez-se necessário instituir normas que atendessem às necessidades da própria humanidade, sendo importante a cooperação, a comunicação e a linguagem, na medida em que os seres humanos dependiam uns dos outros para realizar algumas finalidades.

A humanidade, dentro de um processo histórico, acabou por criar objetivações que ultrapassaram apenas a satisfação de suas necessidades físicas e sua relação com a natureza, emergindo então, *práxis* mais complexas que, por seu turno, resultaram em objetivações filosóficas e políticas. Exemplo disso é o fato de que a humanidade passou a não realizar mais apenas as objetivações primárias envolvendo a natureza, mas também entre si, envolvendo sujeitos distintos.

Como *práxis*, o trabalho realiza um duplo movimento: supõe a atividade teleológica (a projeção ideal de suas finalidades e meios) por parte do sujeito que o realiza e cria uma realidade nova e objetiva (resultante da matéria transformada). O produto do trabalho constitui a objetivação do sujeito. Nesse processo, o sujeito se modifica e pode se auto-reconhecer como sujeito de sua obra; a natureza se modifica por ter sido transformada pela ação do homem. O produto passa a ter uma existência independente do sujeito que o criou, mas não independente da *práxis* da humanidade, pois é resultante do acúmulo de conhecimento e da prática social do homem. (BARROCO, 2010, p. 24).

Sendo a sociabilidade uma capacidade inerente ao ser social que objetiva suas ações através do trabalho, o mesmo constrói a história. De acordo com Heller (1972), “a história é a substância da sociedade”. Só o homem é capaz de transformar a sociedade.

O ser social enquanto ser ontológico que constrói sua própria história e cria novas alternativas para se desenvolver, amplia sua natureza social e consciente, ensejando possibilidades de uma existência social aberta para o novo, instaurando objetivações que permitem a autoconstrução do ser social como um ser livre e universal (BARROCO, 2009).

O homem, enquanto um ser humano-genérico, realiza escolhas conscientes, baseadas em juízo de valor. Os valores são produtos históricos da *práxis* humana. Para Heller (1972), pode-se considerar que valor é tudo aquilo que, em qualquer das

esferas e na relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento de componentes essenciais:

O valor, portanto, é uma categoria ontológico-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais (HELLER, 1972, p. 05).

É no cotidiano que o valor se expressa e para a autora, o cotidiano é o “mundo da vida”, que se reproduz dialeticamente num eterno movimento, é propriamente o “mundo das objetivações”. Portanto, é possível superar o cotidiano alienador proposto pelo trabalho na sociabilidade do capital, o homem enquanto ser histórico e social é capaz de criar novas objetivações.

Marx dedicou grande parte de sua vida ao estudo do capitalismo e, para tanto, estudou os modos de produção que o antecederam a fim de projetar o modo de produção que viria a sucedê-lo, seu objetivo era apreender a lei do movimento da sociedade capitalista. Muitos autores, ao estudar o método capitalista, fizeram-no como algo descritivo, tal como se fosse um sistema eterno e fixo. No entanto, para Marx, esse modo de produção estava em constante mudança como todos os outros da história. “O resultado do seu estudo não foi, portanto, apenas uma descrição, foi também uma previsão científica, porque Marx foi capaz de ver em que direção o capitalismo estava de fato a desenvolver-se” (BURNS, 1975, p. 33).

Voltemos, agora, a nosso capitalista *in spe* [aspirante]. Quando o deixamos, ele havia acabado de comprar no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho, tanto seus fatores objetivos, os meios de produção, quanto seu fator pessoal, ou a força de trabalho. Com o olhar arguto de um experto, ele selecionou a força de trabalho e os meios de produção adequados a seu negócio, seja ele a fiação, seja a fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se, então, a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho. Obviamente, a natureza universal do processo de trabalho não se altera em nada pelo fato de o trabalhador realizá-lo para o capitalista, e não para si mesmo (MARX, 2013, p. 262).

Através da apropriação privada da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos, segundo Marx (2013): em primeiro lugar o trabalhador executa sua ação sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para saber se o trabalhador está utilizando as matérias primas de forma apropriada e adequada para que não haja desperdício. Em segundo lugar, o produto do trabalho realizado pelo trabalhador é propriedade do capitalista. O capitalista paga pela força de trabalho, portanto, sua utilização é do capitalista, como sua forma de mercadoria (MARX, 2013).

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este

último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado (MARX, 2013, p. 255).

A sociabilidade do capital é fundada na propriedade privada, na divisão social do trabalho e na exploração do homem pelo homem. Para Marx:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010, p. 80).

Partindo da premissa de que o trabalho é a categoria fundante do ser social, o homem é tido como objeto, pois, na medida em que não se reconhece no processo de trabalho, o trabalho passa a ser estranho ao próprio homem. Sobre isso, Marx afirma:

O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um poder *independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a *objetificação* do trabalho. A efetivação do trabalho é sua objetificação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetificação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como estranhamento, como *alienação* (MARX, 2010, p. 80).

Esse processo de “coisificação” do homem é concebido como algo terrível no processo de construção humana, sinalizando que há uma crise de sociabilidade na qual o conflito moral e ético da sociedade de consumo se torna evidente.

Nos dias atuais, as relações sociais se configuram com perspectivas mercadológicas, impondo ao homem a alienação, distanciando-o cada vez mais de suas propriedades humanísticas concretas. Nessa sociabilidade, o homem não se apropria dos bens socialmente produzidos, essa apropriação é privada, embora sua produção seja coletiva, a apropriação não o é. Sendo assim, o homem se torna alienado das riquezas socialmente produzidas.

A categoria trabalho permite duas concepções: a marxista, que considera o trabalho enquanto atividade vital do ser humano-genérico e a do capital, segundo a qual o trabalho é instrumento de alienação, reificação e exploração da vida, é sobre esse conceito de trabalho precarizado que discorreremos no tópico a seguir.

3 | A PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO E A SEGURIDADE SOCIAL.

E ecoa noite e dia, é ensurdecador, ai, mas que agonia, o canto do trabalhador,

esse canto que devia ser um canto de alegria, soa apenas, como um soluçar de dor (Clara Nunes).

No modo de produção capitalista o trabalho é socializado, enquanto a apropriação da riqueza socialmente produzida é privada, assim sendo, temos o trabalhador assalariado e o patronato, mas ao mesmo tempo temos um grupo de trabalhadores excluídos desse processo. Pois, ao fazer crescer a lucratividade do capital, a classe trabalhadora reduz as possibilidades dos meios de vida do conjunto dos trabalhadores.

Os trabalhadores não produzem para satisfazer suas necessidades, mas para satisfazer as necessidades do capital, que sobrevive da extração de mais valia e do conseqüente lucro. Dentro dessa lógica, resta ao trabalhador vender sua força de trabalho como mercadoria para sua reprodução social. Logo, o trabalhador passa a participar do mercado não apenas vendendo sua força de trabalho, mas consumindo os bens socialmente produzidos e privadamente apropriados pelos capitalistas.

O capitalismo possui uma dinâmica negativa de empobrecer os trabalhadores, limita a capacidade produtiva e reprodutiva tanto objetivamente quanto subjetivamente, em nome da acumulação privada dos bens de produção, sendo esta uma característica fundamental desse modo de produção.

O capital, portanto, não é apenas o comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. Ele é, em sua essência, o comando sobre o trabalho não pago. Todo mais-valor, qualquer que a forma particular em que mais tarde se cristalice como lucro, a renda etc., é, com relação a sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma quantidade de trabalho alheio não pago (MARX, 2013, p. 602).

Nas décadas mais recentes do capitalismo, identifica-se um movimento tendencial em que a terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para ampliação de sua lógica (ANTUNES; DRUCK, 2014).

Nesse contexto temos a desregulamentação das leis trabalhistas, retirada de direitos socialmente conquistados pela classe trabalhadora, privatizações e terceirizações, que culminaram na reestruturação produtiva do setor industrial e de serviços, em decorrência da nova divisão internacional do trabalho.

As condições precárias de trabalho vivenciadas pela classe trabalhadora no modo de produção capitalista têm rebatimentos concretos na reprodução da vida social. Nesse estágio de financeirização do capital, convivemos com as demissões em massa, reduções de salários, inserções desumanas no mundo do trabalho, intensificação do trabalho, além do desemprego estrutural.

Se, no passado recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, em 2007 mais de 50% dela se encontra nessa condição (aqui concebendo informalidade no sentido amplo), desprovida de direitos sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento

salarial acentuado, perdas crescente de direitos, este é o desenho mais frequente da nossa classe trabalhadora. Resultante do processo de *liofilização organizacional* que permeia o mundo empresarial, onde as substâncias vivas são eliminadas, como “*trabalho vivo*”, sendo substituídas pelo maquinário tecno-informacional presente no trabalho morto. E nessa empresa liofilizada, é necessário um “*novo tipo de trabalho*”, que os capitais denominam, de modo mistificado, como “*colaborador*” (ANTUNES, 2007, p. 14).

As mudanças nesse “novo tipo de trabalho” são significativas, os trabalhadores deixam de ser chamados assim, para serem reconhecidos como “colaboradores”, que cooperam com a empresa. Um exemplo disso são algumas empresas como a *Nike*, que montam “times” com seus “colaboradores”, em que competem entre si. Cada um tem seu papel e se algum errar, a equipe toda é prejudicada, a intenção é que esses trabalhadores também se sintam parte da empresa e se responsabilizem por ela. Esse exemplo demonstra a lógica do trabalho, através da competição, o predomínio da individualização, da reificação e alienação do trabalho humano, que culminam no não reconhecimento de classe entre os trabalhadores, no distanciamento da luta de classes e torna invisíveis as contradições entre capital/trabalho na sociedade capitalista.

Nas palavras de Petras (1999), um elemento chave na “reestruturação neoliberal” é:

A mobilidade do capital: de uma região geográfica a outra, de um setor da economia a outro, do trabalho intensivo ao capital. O resultado é uma crescente “relação transitória” entre empregadores e empregados. A experiência dos trabalhadores no trabalho está constantemente em transição. Há apenas conexões temporárias e laços com colegas trabalhadores, com patrões, com o trabalho a sua volta e o ambiente de convivência. Assim, há muitas relações, embora elas sejam superficiais. A transitoriedade se torna um estilo de vida, no qual não há comprometimentos profundos e onde existe pouca base para a solidariedade social. O resultado é o declínio dos sistemas de apoio social, atomização, e um crescente sentimento de vulnerabilidade individual. Quando o desastre ocorre (demissões) o impacto é esmagador (PETRAS, 1999, p. 14).

Sobre a questão da subjetividade do trabalhador em relação ao desolador desemprego, o autor vai dizer:

O desemprego é uma fonte de stress psicológico que tem consequências sobre a saúde mental do desempregado. O significado e experiência do desemprego registrado por pesquisadores – pressão financeira, a desestabilização de rotinas diárias, atividades e identidades e a destruição de planos e esperanças –, contribuíram para o stress crônico. Trabalhadores desempregados têm sido mostrados como sofrendo níveis mais altos de sintomas psicológicos se comparados com trabalhadores empregados (PETRAS, 1999, p. 15).

Nos últimos anos, os setores automotivos (montadoras) enfrentam crises econômicas sérias, fecharam acordos coletivos com os trabalhadores para cortar custos trabalhistas e reduzir a de mão de obra, através de incentivos, como a antecipação de aposentadoria, programas de demissões voluntárias, arrocho salarial, diminuição da carga horária de trabalho com objetivo de diminuição dos salários. As empresas

também podem recorrer a “ferramentas de proteção ao emprego” para administrar o “excesso de mão de obra”, como o afastamento de trabalhadores via suspensão de contratos de trabalho, o chamado “*lay-off*”, no qual operários deixam de comparecer à fábrica por até cinco meses, podendo ser estendido o período, caso necessário, porém muitos trabalhadores são demitidos após seu retorno.

Na principal área do operariado metalúrgico no Brasil, no ABC paulista, região onde se encontram as principais empresas automobilísticas, houve uma redução de aproximadamente 240 mil operários nos anos 1980 para menos de cem mil em 2007. (...) Este proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais, herança da fase taylorista/fordista (ANTUNES, 2007, p. 18).

As políticas sociais brasileiras, no decorrer de sua história, sempre se apresentaram de forma fragmentada, setorializada e desarticulada, limitando-se ao que se denomina seguridade social, sendo regulamentadas enquanto direito social no Brasil tardiamente (1988), pois até a década de 1980, o modelo do *Welfare State* foi duramente criticado nos Estados Unidos e nos países europeus, em decorrência da proposta neoliberal (ALVES, 2012, p. 45). Vale assinalar que:

A universalização dos serviços sociais não aconteceu no Brasil, pois o acesso aos mesmos dependia do vínculo empregatício e do enquadramento aos parâmetros de vulnerabilidade social que ultrapassam a linha da pobreza, direcionando os processos de triagem e seleção que “*beneficiam*” os mais pobres/miseráveis, dentre os outros pobres (ALVES, 2012, p. 45).

O desemprego estrutural e o ataque à seguridade social fazem parte da vida cotidiana da classe trabalhadora. Segundo SALVADOR (2010, p. 60), o orçamento da seguridade social sofreu uma perda de R\$ 70 bilhões através da Desvinculação da Receita da União (DRU) para orçamento fiscal e os incentivos tributários concedidos para alguns setores econômicos. No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos ao mercado, este fundo está em constante disputa entre as classes.

Serviços públicos como saúde, educação, assistência social, previdência etc. também passam por esse processo de reestruturação, com a precarização do trabalho, expressa na falta de concursos públicos, aumento expressivo do assédio moral, contratação de trabalhadoras(es) terceirizados(as) com vínculos empregatícios extremamente precários, condições péssimas de trabalho com espaços físicos sucateados, seguindo a lógica da valorização do serviço privado em detrimento do público.

Na saúde percebe-se que o discurso da gestão ineficiente do SUS tem contribuído para atender aos interesses do capital com a privatização desse sistema através do repasse da gestão estatal para as Organizações Sociais (OSs), Fundações Estatais de Direito Privado, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), parcerias

público privadas e congêneres, que, além de privilegiar os interesses de grupos políticos e privados.

Como se pode ver, as(os) trabalhadoras(es) passam por constante ameaça de demissão, assédio moral, falta de estabilidade, remuneração diferenciada entre os trabalhadores (servidores e terceirizados), além de comprometer o processo de formação permanente e a continuidade e qualidade do serviço prestado.

Na Previdência Social, os trabalhadores estiveram em greve em 2015 durante 80 dias. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINSPREV), as pautas de luta dos trabalhadores foram: concursos públicos; melhoria nas condições de trabalho; fim do assédio moral; reajuste salarial; intensificação e metas de atendimento à população. Segundo a carta aberta à população do SINSPREV:

Os trabalhadores se colocam contrários às medidas do governo de retirada de direitos previdenciários da população, como por exemplo, as Medidas Provisórias 664 (Reduz o direito pela pensão por morte e o auxílio doença) e 665 (reduz os direitos ao seguro desemprego), que pioram regras anteriores e fazem a sociedade pagar a conta da “crise” com a retirada de conquistas históricas dos trabalhadores (SINPREV, 2015).

Nos últimos meses, logo após o golpe institucional legislativo que levou Michel Temer à Presidência da República, o receituário das políticas neoliberais ganha ainda mais força, com recentes projetos de emendas constitucionais aprovados ou em vias de aprovação, como por exemplo, a PEC nº 241, conhecida como a “PEC do fim do mundo”, que limita os gastos com políticas sociais (saúde, educação, assistência social, etc) por 20 anos, a PEC da Terceirização, projeto de 1998, inclusive para atividades fins, afetando os trabalhadores das empresas e os serviços públicos, e a PEC nº 287/2016 da Reforma da Previdência, que incide sobre os direitos previdenciários dos trabalhadores do setor privado e do serviço público.

Em suma, os dois principais objetivos da reforma da previdência são: ampliar a previdência complementar (privada) e reduzir drasticamente as despesas e o orçamento público da Seguridade Social, que já vêm sendo reduzidos nos últimos anos, conforme dados da fonte – Auditoria Cidadã da Dívida - no gráfico de evolução do orçamento geral da união (2013 – 2015), que ao mesmo tempo que caíram as despesas com Previdência Social (em 2013 foi de 24,15, em 2014 foi de 21,8% e em 2015 foi de 18,5%), também aumentaram as despesas de Serviços da Dívida (em 2013 foi de 40,3%, em 2014 foi de 45,1% e em 2015 foi de 47,4%).

Embora a Assistência Social esteja em ascensão, em seu processo de implementação no Brasil, não está isento da precarização, privatização e focalização nos mais pobres, expressos pelas outras políticas públicas. Além disso, ele nasce em um momento complexo de retirada de direitos da classe trabalhadora.

Outros serviços públicos e políticas sociais também passam por esse processo de precarização e intensificam-se as formas de extração de trabalho. A flexibilização

das legislações trabalhistas, seu desmonte, bem como a reificação e alienação do trabalho dilaceram as condições de vida da classe trabalhadora, que tem cada vez menos acesso ao lazer, ao descanso, ao ócio, às possibilidades de reflexões sobre a vida. A música *Admirável Gado Novo*, do cantor Zé Ramalho, tem feito muito sentido na vida das trabalhadoras(es), por exemplo quando diz:

O povo, foge da ignorância, apesar de viver tão perto dela e sonham com melhores, tempos idos, contemplam essa vida, numa cela, esperam nova possibilidade, de verem esse mundo, se acabar (...).

Neste contexto de precarização, retração dos direitos sociais e barbárie instalada é que estão inseridos os trabalhadores da seguridade social, percebe-se que os desafios são inúmeros, entendemos que esta discussão é extensa e complexa não sendo possível seu esgotamento.

4 | CONCLUSÃO

Entendemos que em momentos históricos como esse de retirada severa dos direitos sociais, conquistados pelos trabalhadores, a classe trabalhadora sangra. É evidente o aprofundamento da questão social, a piora nas condições de vida da população. As “reformas” que estão sendo votadas pelo Congresso Nacional pretende destruir direitos sociais fundamentais da classe trabalhadora.

São muitos os desafios postos aos trabalhadores da Seguridade Social, inclusive um dos mais urgentes, é o fortalecimento da dimensão político-pedagógica das profissões (em especial do Serviço Social) institucionalmente junto à população atendida pelos serviços públicos, bem como a participação ativa nas lutas sociais organizadas juntamente com o conjunto dos trabalhadores.

Defendemos uma Seguridade Social ampliada que considere todas as políticas públicas e não apenas a saúde, assistência social e a previdência social, e, concordamos com a defesa feita pelo Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que:

Reafirmam, ainda, sua concepção de seguridade, entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros. A Seguridade Social, assegurada num plano legal, tem sido atropelada pelas reformas neoliberais que atentam contra o aprofundamento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira¹.

Por fim, defendemos o trabalho enquanto categoria ontológica e espaço de humanização. Através do trabalho o homem transforma a natureza e a si próprio.

¹ XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, na cidade de Maceió (AL), entre os dias 3 e 6 de setembro de 2000. CARTA DE MACEIÓ: SEGURIDADE SOCIAL PÚBLICA: É POSSÍVEL! Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf acesso em 01/04/2017.

Acredita-se no homem enquanto ser social transformador da história e dadas as condições objetivas ele terá a possibilidade de transformar a realidade social em busca de outro projeto societário, no qual os indivíduos possam ser livres, humanos e emancipados.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. A. F. **Assistência Social** – história, análise crítica e avaliação. Curitiba: Juruá, 2012[2008].

ANTUNES, R.; DRUCK, G. **A epidemia da terceirização**. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; *et al.* (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

BARROCO S. L. Maria. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS – ABEPPS, 2009, p. 166-184.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BURNS, E. **Introdução ao marxismo**. Lisboa: Avante, 1975.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

MARX K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Trad. Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I., **A crise estrutural do capital**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA E. Ana. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PETRAS, J. **Armadilha Neoliberal e alternativas para América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

SALVADOR, E. **Crise do capital e o socorro do fundo público**. In: BOSCHETTI, Ivanete (Orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

SINSPREV, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.sinsprev.org.br/novapagina/Meus_documentos/CampanhaSalarial2015/carta_esclarecimento_populacao.pdf . Acesso em: 26 out. 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-064-3

